



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

## TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 – DO OBJETO

Registro de preços, para fins de contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis (**gasolina comum, óleo diesel comum, óleo diesel S10 e etanol**), destinados ao abastecimento dos veículos oficiais e do grupo gerador de energia elétrica da Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária de Roraima, por meio de **percentuais de desconto**, que incidirão sobre os preços médios dos combustíveis, pesquisados e divulgados pela **ANP (Agência Nacional de Petróleo)**.

#### 2 – DA JUSTIFICATIVA

A aquisição do objeto deste Termo de Referência se faz necessária para atender as demandas de abastecimento da frota de veículos oficiais e do grupo gerador de energia elétrica da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária de Roraima.

#### 3 – DA LICITAÇÃO

O procedimento licitatório deverá ocorrer por Pregão Eletrônico, **para fins de registro de preços**.

**Por questões de economicidade, o objeto deste Termo de Referência deverá ser adjudicado por apenas 01 (um) posto de combustível, o que ensejará a adjudicação global do referido objeto no respectivo procedimento licitatório (licitação por grupo).**

3.1 Tipo Licitatório => **Maior (es) Percentual (is) de Desconto (s)**, a incidir (em) sobre os preços médios dos combustíveis praticados no município de Boa Vista (RR), pesquisados e divulgados pela **ANP (Agência Nacional de Petróleo)**.

#### 4 – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

GRUPO	ITEM	DISCRIMINAÇÃO	ESTIMATIVA DE CONSUMO (em litros)	PERCENTUAL DE DESCONTO a incidir sobre os PREÇOS MÉDIOS dos combustíveis praticados no município de Boa Vista (RR), pesquisados e divulgados pela ANP (Agência Nacional de Petróleo)
1	01	Gasolina Comum	400 litros	%
	02	Óleo Diesel S-500	500 litros	%
	03	Óleo Diesel S-10	400 litros	%
	04	Etanol	200 litros	%

4.1 Somente serão pagos os combustíveis efetivamente fornecidos à Justiça Federal - Seção Judiciária de Roraima.

## 5 – DOS PREÇOS DOS PRODUTOS

5.1 - Pelo fornecimento dos produtos objeto deste Termo de Referência, a Seção Judiciária de Roraima pagará tão somente os seus preços médios, incidindo sobre estes os percentuais de descontos oferecidos pela empresa vencedora do certame licitatório. Os preços médios acima mencionados são resultantes dos preços de mercado dos combustíveis fornecidos a esta Seção Judiciária, pesquisados e divulgados pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), relativo ao município de Boa Vista (RR) e referente ao mês de efetivo abastecimento dos veículos oficiais (para cada tipo de combustível).

5.2 – Serão registrados em Ata de Registro de Preços os percentuais de descontos que incidirão sobre os preços médios dos produtos, resultantes dos preços de mercado dos combustíveis, pesquisados e divulgados pela ANP (Agência Nacional de Petróleo) para cada item/produto.

5.3 - Os preços médios dos combustíveis correspondem à média dos preços praticados pelos postos de combustíveis revendedores, localizados no município de Boa Vista (RR), pesquisados e divulgados pela ANP (Agência Nacional de Petróleo).

- a. **Preços Médios divulgados pela ANP** => Preços médios de mercado, pesquisados e divulgados pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), **relativo ao município de Boa Vista (RR)**;
- b. A tabela da **ANP (Agência Nacional de Petróleo)** pode ser consultada no seguinte

## 6 – DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

- a. **Considerando a relação *Custo X Benefício*, advinda da presente contratação, o posto de combustíveis responsável pelo abastecimento dos veículos oficiais e do grupo gerador de energia elétrica desta Seção Judiciária não poderá estar localizado a uma distância superior a 07 (sete) km (quilômetros) do Edifício-Sede da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária de Roraima;**
- b. Os produtos objeto deste Termo de Referência serão fornecidos à Seção Judiciária de Roraima através da apresentação de **Guias de Autorização para Abastecimento de Veículos e de Guias de Requisição (para abastecimento do grupo gerador de energia elétrica)**, emitidas pela SEVIT (Seção de Segurança, Vigilância e Transporte), pertencente à Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária de Roraima;
- c. Mediante a apresentação das **Guias de Autorização para Abastecimento de Veículos**, emitidas pela Seção Judiciária de Roraima, a empresa contratada deverá fornecer os produtos objeto do presente Termo de Referência, **abastecendo os veículos oficiais da Seccional;**
- d. Mediante a apresentação das **Guias de Requisição**, emitidas pela Seção Judiciária de Roraima, a empresa Contratada deverá, de imediato, fornecer os produtos objeto do presente Termo de Referência, **fornecendo combustível para o grupo gerador de energia elétrica da Seccional;**
- e. Compete ao condutor do veículo oficial pertencente à Seção Judiciária de Roraima conferir os dados do abastecimento, tais como quilometragem do veículo (hodômetro), quantidade de litros a serem abastecidos e tipo de combustível a ser utilizado no veículo, para fins de registro na respectiva **Guia de Autorização para Abastecimento de Veículos;**
- f. A empresa contratada deverá apresentar à Seção Judiciária de Roraima um representante, juntamente com números de telefones de contato, além de endereço de e-mail, para fins de prestação de eventuais esclarecimentos e de atendimento às solicitações desta Seção Judiciária, bem como para ciência de reclamações que, porventura, venham a surgir durante a vigência da presente contratação.

## 7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

7.1 - O art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, dispõe que as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

7.2 - Esse artigo foi regulamentado pelo Decreto n. 7.746/2012 para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal;

7.3. Em atenção a Decisão monocrática no TC-003.405/2010-9 de 24/2/2010, os postos de combustíveis credenciados junto à Contratante devem estar inscritos e em situação regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP.

## 8 - DA FORMALIZAÇÃO E DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

A critério da Justiça Federal - Seção Judiciária de Roraima, poderá ser celebrado Termo de Contrato e/ou Ata de Registro de Preços.

O período de vigência do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços deverá ser de até 12 (doze) meses.

## 9 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação, além dos encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações sociais em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus funcionários não manterão qualquer vínculo empregatício com a Seção Judiciária de Roraima;
- b. Responsabilizar-se pelos danos causados direta e/ou indiretamente à Seção Judiciária de Roraima e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento dos produtos objeto deste Termo de Referência, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pela Seção Judiciária de Roraima;
- c. A Contratada deverá informar a Seção Judiciária de Roraima acerca de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer por ocasião do abastecimento dos veículos oficiais ou do grupo gerador de energia elétrica da Seccional;
- d. **A Contratada deverá abastecer com combustíveis os veículos oficiais da Seção Judiciária de Roraima** quando da apresentação da respectiva **Guia de Autorização para Abastecimento de Veículos**, devidamente preenchida e autorizada pelo executor do contrato;
- e. **A Contratada deverá fornecer combustível para o grupo gerador de energia elétrica da Seção Judiciária de Roraima**, quando da apresentação da respectiva **Guia de Requisição**, devidamente preenchida e autorizada pelo executor do contrato;
- f. **A Contratada deverá conferir se o número da placa do veículo oficial a ser abastecido coincide com o número de placa constante na Guia de Autorização para Abastecimento de Veículos. Em havendo divergência, a Contratada não deve abastecer o veículo, comunicando imediatamente o fato à Seção Judiciária de Roraima;**
- g. **No que diz respeito a aquisição de combustível, para fins de abastecimento do grupo**

gerador de energia elétrica da Seção Judiciária de Roraima, realizada através do enchimento de tambores apropriados, a Contratada deverá abastecer somente a quantidade de combustível constante na respectiva Guia de Requisição.

- h. **É vedado o abastecimento de veículos oficiais e/ou de tambores de combustíveis destinados ao grupo gerador de energia elétrica sem a devida autorização desta Seção Judiciária e o seu não cumprimento configura descumprimento de contrato, sujeitando a Contratada às penalidades cabíveis;**
- i. **É vedado o abastecimento de veículos não pertencentes à frota oficial da Seção Judiciária de Roraima.**

## **10 – DAS OBRIGAÇÕES DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA**

- a. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;
- b. Comunicar à Contratada acerca de quaisquer irregularidades eventualmente verificadas no fornecimento dos produtos e interromper imediatamente a aquisição destes, caso seja necessário;
- c. Designar servidor da Seção Judiciária de Roraima para atuar na condição de executor do futuro Contrato, devendo tal servidor acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Referência, zelando pelo seu fiel cumprimento;
- d. Responsabilizar-se pela emissão da **Guia de Autorização para Abastecimento de Veículos (abastecimento dos veículos oficiais)** e da **Guia de Requisição (abastecimento do grupo gerador de energia elétrica)**;
- e. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

## **11 – DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação, salvo mediante prévia e expressa autorização da Seção Judiciária de Roraima.

## **12 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, o representante da Seção Judiciária de Roraima será o Supervisor da SEVIT (Seção de Segurança, Vigilância e Transporte), a quem competirá o gerenciamento do Contrato.

## **13 – DO PAGAMENTO**

- a. Os valores devidos pela Seção Judiciária de Roraima serão pagos mediante crédito em conta-corrente da Contratada, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal e de demais

documentos pertinentes ao pagamento, constando os dados bancários da empresa (nome do banco, número da agência, número da conta-corrente), necessários à efetivação de tal procedimento;

- b. Caso a Contratada não seja optante do Simples Nacional, serão retidos os tributos federais pertinentes no ato de pagamento da Nota Fiscal;
- c. Poderá a Seção Judiciária de Roraima deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas e/ou indenizações devidas pela Contratada.

#### **14 – DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

- a. Certidão Negativa relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b. Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
- c. Certidão Negativa de Tributos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF);
- d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

#### **15 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta de recursos específicos, consignados no Programa de Trabalho nº 02.061.0569.4257.0001 (Julgamento de Causas na Justiça Federal) e Elemento de Despesa nº 33.90.30.01 (Combustíveis e Lubrificantes Automotivos).

#### **16 – DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO**

16.1 A Contratada, nos casos de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, ou de inexecução parcial ou total da obrigação, ficará sujeita, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

- 16.2 A penalidade fundada em comportamento ou conduta inidônea ensejará impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na forma do disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.
- 16.3 As penalidades previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 16.1 poderão ser aplicadas juntamente com a penalidade de multa, prevista na alínea “b” do mesmo item.
- 16.4 As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” acima também poderão ser aplicadas à Contratada, caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito, visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.
- 16.5 Caso a empresa vencedora se recuse a anexar proposta de preços nos termos do Edital, a assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo indicado ou ainda a dar o recebimento no empenho, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação. Em consequência, ser-lhe-á aplicada a multa prevista na alínea “b” do item 16.1, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor de sua proposta, podendo ser cumulada com a pena prevista na alínea “c” do mesmo item.
- 16.6 O atraso injustificado na entrega/execução do objeto desta contratação ou qualquer outra infração contratual sujeitará a Contratada à multa de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)** por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato ou sobre a parte não entregue/executada, até o limite de 30 (trinta) dias corridos.
- 16.7 Após esse prazo, será reconhecida a recusa do fornecedor, podendo a Administração considerar rescindido o contrato e aplicar a multa prevista no item 15.8 deste instrumento, sem prejuízo de outras penalidades previstas no item 16.1.
- 16.8 Nas hipóteses em que não esteja fixado previamente o termo inicial ou final para o cumprimento de obrigações, o Contratante, mediante hábil notificação, fixará os prazos a serem cumpridos. O descumprimento da obrigação no prazo fixado constituirá em mora à Contratada, hipótese em que estará sujeita à sanção prevista no subitem 16.6.
- 16.9 A inexecução parcial ou total deste instrumento, por parte da Contratada, poderá ensejar a rescisão contratual, com o cancelamento do saldo de empenho e a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não entregue/executada ou sobre o valor total contratado, sem prejuízo de outras penalidades previstas no item 16.1.
- 16.10 A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.
- 16.11 A solicitação de prorrogação, contendo um novo prazo para execução, deverá ser encaminhada a Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.
- 16.12 O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta nesta cláusula será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

- 16.13 Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá a Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para o seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no subitem 16.6.
- 16.14 Os valores das multas poderão ser deduzidos dos créditos porventura existentes em favor da Contratada. No caso de inexistência de créditos, os valores das multas devidas à Contratante deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional, por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação para recolhimento ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (art. 86 da Lei nº 8.666/1993).
- 16.15 A aplicação das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, sendo assegurados o contraditório e a ampla defesa, e ensejarão o seu registro no SICAF.
- 16.16 Caberá recurso em relação a ato que aplicar quaisquer das penalidades previstas neste instrumento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

Boa Vista, 12 de janeiro de 2021,

**Rodrigo Barbosa da Silva**

Supervisor da SEVIT



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Barbosa da Silva**, Supervisor(a) de Seção, em 12/01/2022, às 15:56 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trfl.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **14818642** e o código CRC **0FDA1040**.